

R E S E N H A

PIKETTY, Thomas. *Capital et idéologie*. Paris: Seuil, 2019

A PERSPECTIVA HISTÓRICA
DAS IDEOLOGIAS DA
DESIGUALDADE NO
RECENTE LIVRO DE
THOMAS PIKETTY

FLÁVIO DANTAS MARTINS
Universidade Federal do Oeste da Bahia
Barreiras | Bahia | Brasil
flaviusdantas@gmail.com
orcid.org/0000-0001-5275-5761

Lançado em setembro de 2019, *Capital et idéologie*, o mais novo livro do economista francês Thomas Piketty, catapultado a intelectual cosmopolita pelo sucesso de sua publicação anterior, *O Capital no século XXI*, um inusitado *bestseller*, ao mesmo tempo continua e inova o trabalho anterior. Combina tanto um economista rigoroso com baterias de quadros, gráficos e referências, com um inovador anexo técnico online no sítio eletrônico do autor, quando um cidadão engajado na construção de um socialismo igualitário e democrático transnacional-europeu. O livro também propõe inovações políticas e intensificação da integração institucional para a União Européia inspiradas nas federações estadunidense e indiana. Mas sobretudo, é um livro de história das ideologias de justificação da desigualdade que se inicia no medievo euro-ocidental, faz algumas saídas para América e Ásia pensando colonialismo e escravidão e propõe novas taxonomias políticas para o cenário político-eleitoral de Europa Ocidental e Estados Unidos. O objetivo deste texto é apresentar essa obra, discutir sua tese fundamental e alguns conceitos interessantes debatidos por Piketty, bem como tecer algumas considerações pontuais.

Formado pela Escola Normal Superior, onde estudou matemática e economia, Piketty trata desde sua tese de doutorado, em 1992, dos temas de desigualdade social e distribuição. Entre 1993 e 1995, foi professor assistente no Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Ao retornar à França, trabalhou no Centro Nacional de Pesquisa Científica e se tornou o primeiro diretor da Escola de Economia de Paris em 2006. Atuou como assessor econômico do Partido Socialista na campanha presidencial em 2007. Em 2013, publicou *O Capital no século XXI* que vendeu mais de 2,5 milhões de exemplares. Desde então, defende como solução para desigualdades a taxação de altas rendas, grandes fortunas e heranças. Desde então, se transformou num dos principais intelectuais cosmopolitas da atualidade. Não é o intelectual europeu-ocidental de esquerda mais influente de nosso tempo, mas é possivelmente um dos economistas mais importantes e certamente um dos mais jovens.

O livro *Capital et idéologie* tem 1200 páginas, divididos em uma introdução, uma conclusão e quatro partes com 17 capítulos. A primeira parte trata dos regimes desiguais (*régimes inégalitaires*) na história europeia; a segunda estuda as sociedades escravistas e coloniais durante a modernidade; a terceira aborda as grandes transformações no século XX, especialmente as sociedades de proprietários, as social-democratas, os comunistas e pós-comunistas e o que Piketty chama de hipercapitalismo; a quarta parte trata da formação de uma nova sociedade estamental (*société trifonctionnelle*) onde uma elite de mercado de direita e uma elite intelectual – no sentido de possuidores de mais diplomas, ou seja, alto grau de escolaridade –, a esquerda brâmane (*gauche brahmane*), bem como da alternativa que já se constituiu, um movimento social-nativista, e da proposta do próprio autor de um socialismo participativo que construa instituições transnacionais fiscais e de bem-estar social.

Continuação de *O Capital no século XXI*, *Capital et idéologie* pretende ser uma história das ideologias de legitimação da desigualdade numa perspectiva de longa duração, já que trata desde a idade média europeia, passando pela idade moderna de Europa, Américas e algumas regiões asiáticas, até o período contemporâneo. A segunda palavra do título é frustrante para quem esperava uma crítica hermenêutica ou uma história das ideias econômicas, ao estilo de *Teorias do mais-valor*, o famoso livro IV de *O Capital* de Marx ou coisa parecida com uma história das ideias econômicas, pelo menos as dos economistas. Embora trate com certo detalhe das justificativas da desigualdade no medievo europeu ocidental, na Índia colonial britânica, nas Antilhas Francesas do período do Iluminismo ou mesmo da defesa do que ele chama de proprietarismo autoritário de Friedrich Hayek – no Brasil mais conhecido por neoliberalismo, palavra pouco frequente no léxico do francês – o forte das páginas do livro é a análise das desigualdades à partir de dados estatísticos, mais ou menos precários, concentrado especialmente em França, Estados Unidos e Reino Unido, mas com análise de dados na Rússia, Índia, Brasil, entre outros países. O conceito de ideologia de Piketty é relativamente simples: ela é um conjunto de ideias, símbolos, discursos e representações que legitima uma determinada organização social. Entram como exemplares dessas ideologias da desigualdade desde monges cristãos do medievo até economistas liberais e esquerdistas da elite intelectual do status quo do século XXI.

Nesse sentido, o livro além de ampliar a análise de dados em relação a *O Capital no século XXI*, centrado basicamente em França, Estados Unidos e Reino Unido, com análises de Brasil, China, África do Sul e Índia, ele complementa sua análise das ideias que justificaram esses sistemas de desigualdades, inclusive o atualmente existente, aquilo que ele chama de hiperacapitalismo. Continua sendo análise do capital. Em certo sentido, o livro também completa o livro anterior já que, embora além de economista, possa parecer economicista – na medida em que Piketty entende que as ideologias surgem à partir da realidade desigual e para justificá-la, mimeticamente – o autor defende uma filosofia da história antieconomicista. Para ele, a locomotiva da história é o embates de ideias. Pegando emprestado a metáfora ferroviária de Karl Marx e Engels, mas substituindo a luta de classes pela luta de ideias e ideologias. Não deixa de ser um paradoxo, ou talvez uma contradição mesmo. Se sua tese é que as ideologias de justificação das desigualdades aparecem em sociedades desiguais para legitimá-las, não seria o autor um materialista? Talvez aí tenhamos um caso em que se fala de uma filosofia da história idealista e pratica uma outra operação historiográfica materialista. Explica-se: quando afirma que a história se move pela luta de ideias ele dá um sentido geral, transhistórico, à história, nesse sentido haveria uma filosofia da história. Mas na medida em que Piketty compreende que as ideologias provêm de contextos sociais determinados por hierarquias e relações de desigualdades de bens, renda, capital e conhecimento socialmente valorizado, na prática, sua metodologia é materialista. Por outro lado, podemos ler sem problemas da seguinte forma: Piketty é um economista que faz análise material econômica das ideias, mas como cidadão, é um idealista que acredita na comunicação democrática e no debate das ideias.

A discussão de Piketty sobre o mundo pós-comunista é bastante interessante. Ele se concentra em Rússia, China e Polônia, embora generalize esta para o leste europeu e não trata nem do sudeste asiático não-chinês, nem dos socialismos africanos ou latino-americanos – com excessão de uma breve menção à Venezuela, que à rigor, só pode ser considerado socialismo em uma abertura muito grande do conceito. Para ele, enquanto a Rússia saiu de um comunismo extremamente igualitário em termos de renda para uma cleptocracia ou plutocracia de oligarquias entre as mais desiguais do mundo, a Polônia e demais países do leste conseguiram conter a concentração de renda e patrimônio nos processos de privatização. Ao contrário, a China, manteve-se no campo comunista, conservando 30% de propriedade estatal e flexibilizando o acesso à propriedade privada, mas ainda sem conseguir uma progressão fiscal ou mesmo uma democracia. Piketty considera com vagar os argumentos chineses contra as instituições democráticas ocidentais, que seriam vulgares, hipócritas, ao disfarçarem sob a igualdade política jurídica uma extrema desigualdade de poder, ao tempo em que as eleições reforçariam o identitarismo e consequentemente a xenofobia, o nacionalismo chauvinista, o separatismo e a instabilidade. Ao final, considera que no leste europeu a ideologia dominante, graças à desilusão pós-comunista e à inexistência de polarizações entre conservadores e social-democratas típicas da Europa ocidental e dos EUA, é um social-nativismo, característico dos democratas estadunidenses do século XIX. Ele se caracterizaria por um questionamento às desigualdades e aos ricos ao mesmo tempo em que se baseia em uma identidade excludente, por vezes racista, e conservadora, por vezes religiosa – seu exemplo é a defesa do PiS de uma Polônia tradicional, católica e conservadora frente aos valores liberais da Europa ocidental.

Merece uma atenção mais cuidada a inovação conceitual trazida na obra no tocante à análise dos processos políticos-eleitorais de países como França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, e para contraste, Índia e Brasil. Resumidamente Piketty propõe a ideia de que os partidos socialista, social-democrata, trabalhista e democrata (França, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos respectivamente) tinha bases eleitorais, desde pelo menos os anos 1950, entre os grupos menos escolarizados e, por dedução, os setores operários e populares de suas respectivas sociedades. Uma tendência acentuada após os anos 1990 indica que estes partidos se deslocaram cada vez mais para os grupos mais escolarizados de suas respectivas sociedades. Desligando-se de sua base popular, esses partidos se transformaram em elites letradas, ou para usar um vocabulário baseado no sistema de castas hindu, uma esquerda brâmane (*gauche bramane*). Seus opositores tradicionais, a direita clássica, que tinha sua base nos setores mais escolarizados e de maior renda, perderam espaço entre os primeiros para a nova esquerda brâmane, mas conservaram sua base de apoio nos setores de mais alta renda e que concentram o patrimônio do país. Temos, então, em pleno hipercapitalismo – o capitalismo após a queda dos regimes comunistas de inspiração soviética e de reformas nos comunismos asiáticos – uma nova forma de sociedade estamental (*société trifonctionnelle*) na qual há uma elite intelectual, a esquerda brâmane que ocupa o lugar de um clero secular, uma elite econômica, a direita do mercado que concentra renda e patrimônio como a nobreza, e um gelatinoso terceiro estado. A polarização política, conclui Piketty, deixou de se basear em aspectos classistas, como nos anos 1950, e ganhou acentuados aspectos de desigualdade social e educacional. Esse afastamento tanto da direita de mercado e especialmente da esquerda brâmane de suas bases se deve, analisa o economista, por conta da adesão dos dois grupos à ideologia neoproprietarista

(*néopropriétarisme*), de Regan-Tatcher, especialmente nos aspectos da fábula – para lembrar Milton Santos e sua análise da globalização – da meritocracia. Essa esquerda brâmane teria sérias limitações de lidar com o problema da desigualdade social porque ela própria tem posições de status que se beneficiam de uma outra desigualdade, a de diplomas e educação. Embora o diagnóstico do deslocamento da esquerda eleitoral de suas bases classistas para grupos cada vez mais escolarizados seja acertada, ao caracterizar apenas a esquerda brâmane como uma elite intelectual, Piketty tira o destaque que *Think-thanks* e intelectuais ligados à direita de mercado possuem e exercem, ao lado da esquerda, e com maior alcance que ela, como elite intelectual.

Com a economia mundial fazendo água e as desigualdades crescendo assustadoramente, o terceiro estado que não se beneficiou nem com renda, nem com diplomas, nem com patrimônio no auge da ideologia neoproprietarista, que vai dos governos Reagan-Tatcher-Pinochet até a crise de 2008, tem sido seduzido cada vez mais por discursos populistas de esquerda e de direita. Mas Piketty não usa o conceito de populismo. Ele o rejeita por ser demasiado ideológico. Populista é aquilo não se encaixa nem nos termos da direita de mercado, nem da esquerda brâmane. Para dar conta dos movimentos políticos que surgiram em resposta à essa nova sociedade estamental, Piketty propõe uma divisão quadripartite das forças políticas ideológicas : 1) Internacionalista - igualitário; 2) Internacionalista - desigualitário; 3) Nativista - igualitário; 4) Nativista - desigualitário. Essa divisão é importante porque o problema da imigração – e do racismo – divide o eleitorado em proporções semelhantes. Internacionalistas podem ser defensores de políticas distributivas, como Mélechon ou defensores da desigualdade, como Macron. Os nativistas podem ser defensores das desigualdade, como Fillon, ou de medidas distributivas, como Le Pen. Um conceito que se desdobra dessa divisão é o de social-nativismo – uma versão atenuada, aliás, de nacional-socialismo. De acordo com ele, tal movimento tem seu arquétipo no partido democrata dos EUA durante o século XIX. Defendendo políticas distributivas e solidárias para com imigrantes pobres brancos, irlandeses e italianos, os democratas eram antiabolicionistas, antes da guerra civil, e segregacionistas depois dela. Apenas com a virada do partido em meados do século XX em prol do movimento pelos direitos civis nos Estados do Sul é que o eleitorado segregacionista do partido democrata passou à órbita do partido republicano. O social-nativismo contemporâneo, embora seja em alguns casos um oportunismo eleitoral para Piketty, se caracteriza, na Europa e nos EUA, por partidos xenófobos, anti-imigrantes, ao mesmo tempo em que defendem medidas distributivas para os nacionais. Duas considerações podem ser feitas sobre essa inovação conceitual de Piketty. A primeira delas é procurar um termo que atenua as implicações de utilizar o sinônimo nacional-socialismo. Não havia no movimento nazista um programa inicial de extermínio. O genocídio como solução final só foi posto em prática após anos debatendo e praticando a cassação de cidadania, a deportação em massa e a escravização em campos. Embora o extermínio por fuzilamento massivo de judeus e poloneses já ocorresse nas terras da Ucrânia e da Polônia ocupadas após a invasão da URSS, não havia, de antemão, um plano de assassinato em escala para os judeus da Europa Ocidental. Isso não significa que o genocídio não estava no horizonte ideológico do nacional-socialismo alemão. Implica, na verdade, que também está presente nas ideologias social-nativistas de hoje, que defendem prioritariamente fechamento de fronteiras, políticas anti-imigratórias e deportação. Outra consideração sobre esse conceito é que ele é extraordinariamente análogo ao conceito desenvolvido pelo cientista político e filósofo camaronês Achille

Mbeme em seu livro *Politiques de l'inimitié*. Para ele, a erosão da democracia se dá pela ascensão de ideologias que reconfiguram o racismo na forma de defesa de sociedades formadas exclusivamente por semelhantes. Essas ideologias defendem a impossibilidade de coabitação entre diferentes. A similaridade dos dois conceitos é bastante interessante e a possível complementaridade poderia ser brilhantemente explorada, já que o social-nativismo se baseia na análise de um economista sobre dados estatísticos eleitorais combinados com outros sobre desigualdade de renda e patrimônio, enquanto a noção de comunidade dos semelhantes se baseia numa análise política da contemporaneidade à luz de mudanças estruturais do mundo pós-colonialismo que reconfigura o racismo, o equilíbrio demográfico global e a divisão internacional do trabalho.

Outro aspecto importante do livro de Piketty é sua discussão do conceito de neoproprietarismo. Na primeira vez que o termo aparece, a tentação de pensá-lo como neoliberalismo é automática, mas à medida em que ele é desenvolvido por Piketty o leitor percebe que está lidando com outra coisa. O proprietarismo seria uma ideologia justificadora da desigualdade social com base na ideia de censitarismo, característica do século XIX. O neoproprietarismo, embora tributário do pensamento de Friedrich Hayek, seria uma ideologia de justificativa da propriedade baseada na ideia de meritocracia. O conceito tem a vantagem de ampliar, para além do liberalismo clássico e do neoliberalismo contemporâneo, a amplitude da ideologia de legitimação da desigualdade. Para além da direita de mercado, liberal, seriam neoproprietaristas também a esquerda brâmane, incapaz de romper com a narrativa de história mundial do reaganismo e reprodutora da fábula da meritocracia. Ao mesmo tempo em que o neoproprietarismo é mais amplo que o liberalismo, é possível mesmo questionar se não se trata de um conceito que salva a ideologia política liberal, já que poderíamos considerar a existência de liberalismos não proprietarista?

Especificamente sobre o Brasil, Piketty analisa as eleições de 2018 nas quais ele destaca que é possível notar com clareza a sobreposição de elementos classistas, raciais e regionais na escolha dos candidatos favoritos, o presidente eleito Bolsonaro e seu oponente derrotado, Haddad. O eleitorado se dividiu nas tendências em que negros – Piketty não fala em negros e mestiços, quando no Brasil a categoria negro engloba os mestiços não brancos e os pretos – e pobres do Nordeste que votaram no PT, e brancos, classe média do sul votam no que Piketty considera um nacionalismo-conservador de Bolsonaro. O economista francês também destacou o caso semelhante da Índia, no qual o aspecto religioso é distinto do caso brasileiro – o nacionalismo hindu de Narendra Modi é anti-islã e persegue mesmo minorias cristãs, enquanto no Brasil o conservadorismo nacionalista cristão não raro convive com perseguições a terreiros de religiões afro-brasileiras e desrespeito com religiosidades indígenas através do incentivo à atividades missionárias. Mas de resto, tanto Índia, quanto Brasil, na visão de Piketty, apresentam estruturas eleitorais classistas típicas dos países ocidentais dos anos 1950 e 1960 – onde não faltavam clivagens com elementos raciais, como a transição do eleitorado negro para o partido democrata estadunidense nos anos 1960. Servindo de contraexemplo, Piketty não considera que nem Bolsonaro, nem Modi são social-nativistas, o que para o caso brasileiro faz bastante sentido já que o governo atual combina o discursos nacionalista conservador com o neoliberalismo em agenda econômica. Em termos de dados para o caso brasileiro, Piketty não apresenta grandes novidades para quem acompanha o debate nacional. Apresentado como um dos países mais desiguais do mundo, o que em parte se deve ao passado escravista – Piketty destaca que São Domingos na véspera da revolução foi, provavelmente, a sociedade mais

desigual da história, dizendo que algo parecido com isso foi o Sul escravocrata dos Estados Unidos – o Brasil é apresentado como um país cujas eleições são divididas com clivagens de classe, raça e região. Embora um pouco decepcionante ou sem grandes novidades, para alguns leitores, o interessante na contribuição para o debate brasileiro de Piketty é que ele serve de ressalva para comparações realizadas com países ocidentais, tão comuns por aqui, quando equiparam realidades do Brasil com Estados Unidos, Hungria, Polônia. A ressalva está em que aqui a questão de classe é mais estruturante que nesses países, nos quais o problema do nativismo/internacionalismo está na ordem do dia. Outra questão importante seria a inexistência, entre nós, de uma esquerda brâmane, o que não é tão certo quanto à existência de uma direita de mercado. O livro levanta o caso da Índia, que apareceu no radar da comparação dos analistas graças à recente viagem do presidente Bolsonaro ao país de Modi. Nesse sentido, a contribuição de Piketty é de elementos originais para a análise da realidade ocidental – para Piketty ocidente é Europa Ocidental e Estados Unidos – sendo possível acrescentar elementos para a análise comparativa de fenômenos políticos.

Não tivesse os méritos da densa discussão, das propostas, do embasamento empírico e da inovação conceitual no campo da análise política, o livro já seria importante pela transformação de aspectos importantes de uma crítica anticolonial se não em consenso, mas em senso comum. Nesse sentido, o livro é um testemunho do aprendizado do europeu em se atentar para especificidades fora de suas fronteiras e dos riscos da generalização. As desigualdades são produtos de complexos processos históricos e agentes econômicos, construídas ideológica e politicamente. Elas são particularmente graves em países onde houve escravidão e colonialismo, condições estruturantes da desigualdade contemporânea no mundo. Ao mesmo tempo, o livro é modesto no alcance crítico na análise da persistência dessa herança colonial e do trabalho escravizado e forçado nesses países. O que não é uma desvantagem, já que indica prudência e evita generalizações, especialmente de caráter eurocêntrico.

Capital et idéologie é parte de um projeto ambicioso, produto de um embasamento empírico quantitativo farto e com uma construção retórica bastante bem desenvolvida, fundamentada historicamente e de grande alcance teórico. O pesado aparato científico não impede o livro de ser profundamente engajado na proposição de um socialismo participativo que crie instituições transnacionais, sem repetir a estatização da propriedade privada dos regimes soviéticos, local onde a propriedade estatal era sacralizada, tendo como modelo o Estado de bem estar social de alguns países ocidentais no período 1960-1990. Sem novidades conceituais do ponto de vista da discussão do conceito de ideologia, é uma boa síntese do ponto de vista de uma história das ideias de justificação da desigualdade em sua abordagem de sociedades estamentais na Europa ocidental, de sociedades escravistas e coloniais na América e da realidade indiana, incorporando na consciência de esquerda europeia ocidental elementos do pensamento crítico anticolonial das periferias capitalistas. Em termos de novidades conceituais, o livro contribui na categorização do cenário político contemporâneo de Estados Unidos e Europa Ocidental ao propor uma divisão quadripartite do campo do poder, dividido em internacionalistas-igualitaristas, internacionalistas-desigualitaristas, nacionalistas-igualitaristas e nacionalistas-desigualitaristas. Outras inovações conceituais são os conceitos de social-nativismo e de ideologia neoproprietarista, que se sustenta na ideia de meritocracia, este último abrangendo tanto a direita do mercado quanto à esquerda brâmane.

A principal crítica ao livro poderia ser formulada da seguinte forma: ele começa grande e ambicioso, sem medo de polêmicas, ao analisar as sociedades estamentais do período medieval europeu, cresce na análise da modernidade ao tratar de realidades escravistas na América, abrange áreas da Ásia e do leste europeu na discussão sobre desigualdade, mas se circunscreve absurdamente em suas proposições. Ao final do livro, sua proposta de instituições políticas transnacionais que financiaram o bem estar do socialismo participativo através da progressividade fiscal limita-se aos países mais populosos da União Européia. Essa restrição das propostas e falta de universalidade, como já notado acima, é antes um acerto que um problema do texto. Mas em que medida essa igualdade continental não implicaria em desigualdade global? O próprio Piketty, ao tratar da dívida imposta ao Haiti independente pela França destaca a importância do pagamento dessa dívida para financiamento das grandes fortunas no século XIX. As relações entre tráfico escravo e mercado financeiro altamente concentrador de renda também são evidenciadas na abordagem histórica. Mas no tocante ao problema levantado pela teoria da dependência sobre desigualdades de trocas na economia mundial não aparece como um problema a ser enfrentado pelo socialismo participativo europeu. A crítica poderia se resumir grosseiramente e se desenvolver à partir de uma pergunta: se a taxa dos mais ricos financiará o bem estar europeu do socialismo participativo, onde se formam as grandes fortunas taxadas? Podemos até considerar que os dados produzidos e apresentados no livro pouco oferecem sobre isso, mas se o próprio autor destaca a ingerência neocolonial de países ocidentais sobre suas ex-colônias em África, em que medida o não questionamento dessa desigualdade regional pode persistir mesmo em um socialismo participativo implantado transnacionalmente... em algumas nações numa península? Na medida em que as grandes fortunas do ocidente se baseiam em um mercado mundial capitalista, seria possível produzir igualdade na Europa sem reproduzir desigualdade nas periferias desse mercado?

Nesse sentido, se Piketty é claramente um igualitarista, quais os limites internacionalistas do seu modelo? Em que medida um estado periférico que obtém parte significativa de suas rendas à partir da exportação de bens primários pode financiar, por si só, um socialismo participativo, economicamente, ainda que as condições políticas lhe fossem propícias? Sabe-se, e quem não souber pode aprender lendo os livros do economista francês, que a economia só se desliga da política no campo da imaginação e, com ressalvas, no campo da teoria, além, é óbvio do campo da ideologia. Se é possível imaginar que países com pequena população e com produtos primários altamente valorizados – por enquanto –, como Kwait, Qatar ou mesmo Arábia Saudita poderiam, se taxassem as grandes fortunas, financiar um estado de bem estar social para seus habitantes, podemos mesmo aceitar mais facilmente a hipótese de que países de dimensões continentais como Índia, China ou Brasil o fizessem, em que medida existirão condições econômicas e políticas para um socialismo participativo financiado pela taxa progressiva de grandes fortunas em Uganda, Bolívia ou Bangladesh? Esses países precisariam se unir em federações, mas isso seria possível sem confronto com estados e corporações ocidentais? Na medida em que países que são dependentes de capitais estrangeiros e que estes organizam poderosos lobbys com constantes ameaças de fugas de capitais quando se desenha qualquer política de progressividade fiscal para financiar bem estar social, o socialismo participativo europeu se transforma em uma proposta com limites. Os mesmos limites do período social-democrata, dos anos 1950-1980, em que estes desfrutavam de serviços públicos universalizantes fora das fronteiras de alguns países a guerra fria se transformava em conflitos abertos

entre estados, guerras civis, estados falidos e máquinas de guerras em locais com matérias-primas de alto valor e importância geopolítica. É sobre esses limites de um modelo social-democrata na forma de uma proposta de socialismo participativo que a discussão, feita do lado de cá, mais nos interessa.

REFERÊNCIAS

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

MBEMBE, Achille. *Polítics de l'inimitié*. Paris: La Découverte, 2016.

A PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS IDEOLOGIAS DA DESIGUALDADE
NO RECENTE LIVRO DE THOMAS PIKETTY
TEXTO RECEBIDO EM 18/03/2020 • ACEITO EM 01/08/2020
REVISTA DE TEORIA DA HISTÓRIA | ISSN 2175-5892



ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO LIVRE DISTRIBUÍDO NOS TERMOS DA LICENÇA *CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION*, QUE PERMITE USO IRRESTRITO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO EM QUALQUER MEIO, DESDE QUE O TRABALHO ORIGINAL SEJA CITADO DE MODO APROPRIADO